

Presidir a Constituinte: sonho de Ulysses com simpatia do Planalto

BRASÍLIA — O desejo do Presidente da Câmara e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, de presidir a Constituinte, tem "boa aceitação no Palácio do Planalto", assegurou o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel. O Ministro e o Porta-Voz da Presidência da República, Fernando Mesquita, informaram que o Presidente José Sarney ainda não examinou essa questão, observando, entretanto, que o Palácio do Planalto sabe da vontade de Ulysses e o apoia.

— A questão da Presidência da Constituinte ainda não foi examinada, não há nenhum nome de preferência, mas se o nome do Deputado Ulysses Guimarães for sugerido encontrará boa aceitação. É um bom nome — afirmou Marco Maciel.

Quanto ao funcionamento do Congresso para legislar sobre matérias ordinárias durante a Constituinte há, entretanto, divergência de pensamento entre o Palácio do Planalto e o Presidente do PMDB.

Ulysses reiterou ontem que insistirá na proposta por ele formulada, de formar uma comissão de parlamentares para legislar sobre as matérias ordinárias. O Presidente José Sarney prefere não se envolver nessa questão, atribuindo ao Congresso a missão de definir sobre seu funcionamento ordinário. O Secretário de Imprensa, Fernando Mesquita, disse, no entanto, que o Planalto não concorda com a formação da comissão porque são os próprios constituintes que devem decidir sobre o assunto.

O Ministro Marco Maciel tem a mesma opinião e disse que a propos-

ta de formação da comissão encontrará dificuldades para ser aprovada pelos constituintes.

— Os constituintes não vão querer abrir mão da prerrogativa de legislar sobre matérias ordinárias.

A proposta de Ulysses já circula pela Câmara em busca de assinaturas de parlamentares, devendo ir em seguida para o Senado. O problema imediato, segundo o Deputado, é encontrar consenso sobre o número de participantes da comissão e a representatividade dos partidos políticos que hoje têm assento no Congresso.

A comissão terá que ser viabilizada mediante proposta de Emenda Constitucional, a ser aprovada antes da Constituinte. Esse é outro ponto polêmico entre Ulysses e o Planalto. O Ministro Marco Maciel reiterou que antes da formulação da nova Constituição o Congresso não deveria examinar qualquer proposta de Emenda Constitucional, apenas projetos-de-lei e decretos enviados pelo Executivo. Num período próximo à Constituinte, uma proposta de emen-

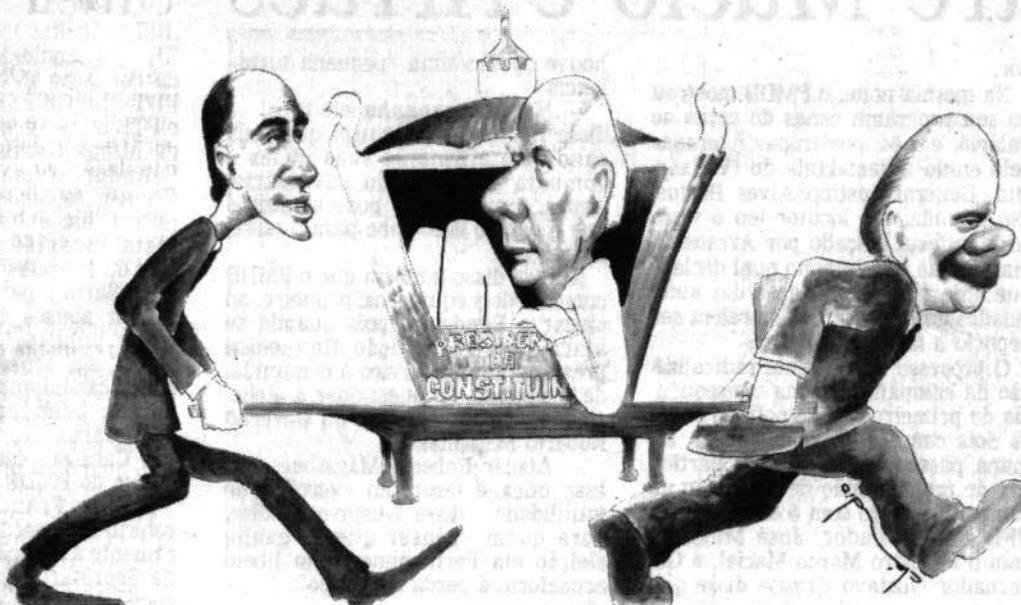
da à atual Constituição teria um curto período de duração.

Sobre a oposição do Palácio do Planalto à formação da comissão, Ulysses Guimarães disse:

— Deixar para a Constituinte decidir sobre como serão legisladas as matérias ordinárias vai complicar o funcionamento do Congresso. Não concordo com esse ponto de vista.

A idéia do Deputado, conforme afirmou, é eleger o presidente da comissão, o que neutralizaria automaticamente o exercício da Presidência da Câmara. Um assessor do Gabinete Civil disse que essa proposta, além de ter por objetivo regulamentar o funcionamento do Congresso ordinário, tem em vista colocar Ulysses Guimarães na Presidência da Constituinte.

O assessor do Gabinete Civil disse ainda que a proposta de Ulysses Guimarães é inviável porque acirrará no Congresso uma enorme disputa entre partidos e parlamentares para decidir quem e quantos farão parte da comissão.



Para Arinos, a Aliança conquistará a maioria

O jurista Afonso Arinos de Mello Franco disse ontem que a Aliança Democrática fará a maioria da Constituinte e que o nível dos candidatos, de modo geral, é bom. Para ele, entretanto, alguns nomes de peso que deveriam colaborar e estar presentes à elaboração da nova Constituição ficaram de fora.

Afonso Arinos arrisca apenas um palpite para as eleições de 15 de novembro: "Moreira Franco e Nelson Carneiro já estão eleitos". Ontem, ele foi homenageado na Câmara Municipal com um título que considera muito importante: o de Cidadão Be-

nemérito do Rio de Janeiro, uma iniciativa de Wilson Leite Passos. Na opinião do jurista, a polémica criada em torno do dispositivo que impediu a participação dos pequenos partidos na TV foi provocada pelo excesso de tolerância da Lei Eleitoral, que permitiu a criação de muitas legendas novas. Com relação ao Plano Cruzado, Afonso Arinos afirmou que os parlamentares brasileiros "têm de acordar porque o País precisa sair do irrealismo econômico para o realismo político".

Em Porto Alegre, o Desembarga-

dor Milton Martins, Presidente do TRE e da Associação dos Magistrados, disse que os juizes brasileiros querem acabar com as discriminações que os impedem de concorrer a eleições e os soldados de votar e ser votados. Acrescentou que eles desejam a independência política, administrativa e financeira da Justiça e a sua modernização, rapidez e facilidade no tocante ao acesso popular. Essas foram, na opinião de Milton Martins, algumas das principais teses aprovadas no X Congresso Brasileiro de Magistratura, que se encerrou no último fim de semana em Recife.